



A educação num cenário de mudanças climáticas: propostas e realidade

Palavras-Chave: Antropoceno, Neoliberalismo, Saberes populares

Autores/as:

Gabriel Lattanzio Fischer – FE, UNICAMP

Prof. Dr. Luciano Pereira – FE, UNICAMP

Introdução e problema da pesquisa

O início da pesquisa se deu com a leitura das palavras finais do livro “Culture écologique”, de Pierre Charbonnier. Nesse texto, Charbonnier mostra que a educação não nos prepara para os desafios que nos serão impostos pelas mudanças climáticas. Foi elaborado, então, um projeto de pesquisa para pensar uma educação para o antropoceno.

A partir desse projeto, realizou-se a leitura de “Onde aterrar?”, de Bruno Latour. Latour indica que há a necessidade de um novo modo de pensar e se relacionar com o mundo, uma visão contrária ao discurso negacionista promovido pela extrema-direita desde a primeira eleição de Trump, em 2016. Esse novo modo de pensar proposto por Latour é o que chama de “ser terrestre”. Porém, o foco do autor não é a educação.

Voltando à proposta de “pensar uma educação para o antropoceno”, e vendo o “ser terrestre” de Latour e Haraway, notou-se que há essa ideia de um sujeito para além do humano. Seres que impactam e são impactados pelo mundo, assim como nós, humanos. E há, de origem brasileira, alguém que já pensava sobre formação de sujeitos conscientes de sua relação com o mundo: Paulo Freire.

Assim, a pesquisa consiste numa análise bibliográfica, e busca pensar contribuições para uma educação ambiental crítica, em especial pensando sobre como formar o “ser terrestre” de Latour a partir de um diálogo entre esse autor e Freire, a fim de alcançar uma educação consciente que considere o antropoceno, incorporando uma maior criticidade à alfabetização ecológica proposta por Charbonnier.

Desenvolvimento da pesquisa

Charbonnier aponta que há um problema grave na educação, pois ela não promove uma alfabetização climática “numa época em que a legibilidade de fenômenos ecológicos e materiais torna-se crucial” (Charbonnier, 2022). Uma “alfabetização ecológica”, acesso a saberes ecológicos, se mostra tão importante quanto aprender signos e outros saberes básicos para uma vida cívica. Para Charbonnier, enquanto aprender a contabilizar impostos e saber ler e escrever já são consideradas habilidades

elementares para a sociedade, saberes ecológicos ainda não são conteúdos elementares num mundo de mudanças climáticas.

O autor argumenta que há uma necessidade de uma alfabetização ecológica, que se traduz num currículo, e uma aproximação dos sujeitos com seu meio. Defende que haja uma desalienação quanto à infraestrutura, como, por exemplo, conhecimentos sobre a rede de saneamento básico e coleta de lixo.

Porém, enquanto aborda a importância de reconhecer as relações sociais, sua proposta ainda tem foco no conteúdo e não compreende o conflito dos interesses das elites com uma lógica sustentável.

Seres terrestres

Latour analisa o cenário político inaugurado pela eleição de Trump em 2016 e o correlaciona com um falso discurso negacionista quanto às mudanças climáticas. Tal movimento surge com o fim da crença num mundo global, uma falha do discurso moderno de crescimento infinito num meio finito (o planeta), e coincide com políticas consideradas aceleracionistas, ou seja, uma corrida para garantir recursos para uma elite minoritária enquanto ignora-se o resto do mundo. Não é negar por não acreditar nas mudanças climáticas, mas para garantir a si os recursos, negando-os à maioria.

O autor enxerga aquilo que chama de “atratores”, vetores de pensamentos que apontam para um destino. Originalmente haviam dois, um que mirava num mundo global, outro que recuava a um mundo local. Quando o discurso moderno falha, esses atratores se voltam para um mundo inexistente, o que Latour chama de “fora-deste-mundo”, surgindo, então, um atrator “global-menos” e um “local-menos”.

O global-menos é pautado na hegemonia. Um mundo globalizado, no qual a globalização significa dominação, como, por exemplo, multinacionais monopolizando diversas áreas da sociedade. É caracterizado pela difusão de um único pensamento e modo de vida, no caso, o “American Way of Life” (Latour, 2020). O local-menos é um retorno a um falso local passado, no caso, nacionalismo exacerbado, tradicionalismo e fechamento de fronteiras. A ideia de que deve-se erguer muros e se proteger do outro, negando a influência do mundo externo no mundo local. Parte do crescimento desse atrator é o aumento das crises sociopolíticas e ambientais ao redor do mundo, com seus refugiados buscando abrigo em países estrangeiros, fenômenos que ocorrem com maior frequência conforme a crise climática se agrava (Latour, 2020).

Latour propõe que voltemos nosso olhar para outros dois atratores, um local-mais e um global-mais, sendo o destino deles um mundo “terrestre”, da Terra. O local-mais seria voltar-se ao local, aos saberes locais, com respeito à cultura, à tradição. Enquanto isso, o global-mais seria reconhecer a pluralidade, as singularidades locais, um mundo repleto de “locais-mais”, além de compreender a totalidade do mundo externo ao local. Essa ideia é, de maneira hegeliana, contraditória ao global-mais, que é reconhecer a pluralidade desses modos de vida ao redor do globo, rompendo com fronteiras. Não há local-mais se não houver global-mais, e vice-versa.

Um sujeito com esse olhar voltado à Terra é o que Latour chama de “ser terrestre”. Tal definição coincide com uma visão não hierarquizada sim-ctônica (entre os terrestres), como Haraway (2016) propõe. Trata-se de um ser que vê as relações entre humanos e não humanos e seus meios de vida, ou seja, a dita “natureza”. Ver o planeta não como algo externo ao humano, distante, uma natureza “vista de Sírius” (Latour, 2020), mas como ele sendo parte dessas relações, como um sujeito pertencente a esse todo. É se ver (ser humano) e ver o outro (ser não-humano) ambos como sujeitos, rompendo a dicotomia entre “ser humano” do “ser não-humano”, existindo apenas, então, seres terrestres.

Latour demonstra a importância desse ser terrestre ao mostrar como o pensamento moderno é antiquado ao considerar as consequências das mudanças climáticas. O ser humano, visto como externo à natureza, faz o que bem entende com ela. Um aumento da incidência de desastres “naturais” é uma reação da “natureza” decorrente da ação humana sobre ela. O ser humano não é externo à natureza, ele existe com ela (sendo “natureza” um conceito que, no melhor dos casos, deve ser abandonado, pois estabelece uma falsa sensação de externalidade da humanidade quanto ao “natural”).

Assim, o “ser terrestre” engloba mais do que apenas os humanos. O não-humano também é sujeito, agindo também sobre o humano.

Sujeitos e dialética

Freire vê, na educação, uma maneira de fazer sujeitos se entenderem como sujeitos. É política, uma ferramenta de mudança social. Seu objetivo é, a partir da educação, desenvolver nos sujeitos uma leitura crítica da realidade e das relações deles com o mundo, assim os emancipando.

O autor apresenta aos educandos que eles têm contribuições muitas vezes desconhecidas por eles mesmos, se colocando como alguém que também tem algo a aprender com os que são “menos cultos” (na percepção dos próprios educandos, não aos olhos de Freire). O autor trata, assim, não de educador e educando, mas educador-educando e educando-educador (Freire, 2021b).

Freire busca desenvolver nos educandos essa noção de sujeito, de suas relações, consciência. “Para ser tem que estar sendo” (Freire, 2021b, p.102), e Freire mostra aos sujeitos que eles são sujeitos na maneira que os trata, na relação que mantém com eles.

Freire tem uma perspectiva marxiana da educação como transformadora, ou, como Loureiro traz, na “concepção dialética de educação, que é vista como atividade social de aprimoramento pela aprendizagem e pelo agir, vinculadas aos processos de transformação societária” (Loureiro, 2004, p. 68). A educação age sobre a sociedade tanto quanto a sociedade age sobre a educação. É com essa perspectiva que Freire busca alcançar mudanças sociais no âmbito político das sociedades humanas.

Porém, a preocupação de Freire, dado o seu contexto, era de emancipação humana num mundo humano. Ao tratar de cultura em “Educação como Prática de Liberdade”, reforça a dicotomia entre o humano e a natureza. O mundo é, para ele, objeto, sendo sujeito apenas o humano. O ser humano age sobre o mundo, o transforma, e suas relações são dos e com os humanos nesse “mundo transformado e

humanizado pelo homem” (Freire, 2021a, p.164). Falta, em Freire, essa perspectiva terrestre apresentada por Latour.

Diversos autores (destacando, aqui, Carvalho, Magalhães e, novamente, Loureiro), trazem uma expansão do pensamento humanista de emancipação de Paulo Freire, contemplando, para além do humano, a natureza, naquilo que chamam de Educação Ambiental Crítica. Desenvolver a noção de relações não apenas humanas, mas terrestres, numa dialética entre a “natureza” e o humano (Carvalho, 2004), recusando o antropocentrismo (Guimarães, 2004).

Uma educação consciente para o antropoceno

Charbonnier reconhece a importância de uma educação com currículo que leve em conta as mudanças climáticas, buscando desalienar os sujeitos quanto ao mundo ao seu redor. Mas, conforme Latour explica, não é questão da falta desse currículo aos que detêm poder de decisão, e sim um desinteresse por parte dessa elite em lidar com as mudanças climáticas.

Há, para Latour, uma necessidade de um novo modo de pensar, viver e se relacionar com o mundo, aquilo que chama de “ser terrestre”. A partir da visão de Freire sobre a educação, a mudança necessária destacada por Latour pode ser através da educação, expandindo, para além das relações humanas, o objetivo de Freire de mostrar ao sujeito essa sua condição nessas relações, ou seja, mostrar ao sujeito essa sua condição nas relações terrestres.

Freire teoriza, a respeito da educação bancária, que a lógica por trás desta modalidade cria um sentido sobre o educando, “sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros.” (Freire, 2021b, p. 87). Porém, como dito anteriormente, o sujeito de Freire é o “homem”, de humano para humano, de ordem política, mas que trata essa política como exclusivamente humana. O “mundo”, no caso, é uma sociedade humana.

Para Latour e Haraway tratamos não do humano, mas do terrestre/terrano, considerando como a “natureza”, o próprio planeta, age sobre os outros sujeitos. Assim, uma leitura latouriana de Freire possibilita entender esse “mundo” por “terrestre”, além do humano. Ou seja, uma educação libertadora leva em conta não apenas as relações humanas de poder, mas também as relações entre humanos e não humanos e seus meios de vida, ou seja, a dita “natureza”, numa lógica que rompe com o distanciamento do humano para com a “natureza”, tratando-a como sujeito também.

À guisa de conclusão

Quando Charbonnier indica a necessidade de uma educação considerando as mudanças climáticas, e Latour pensa um globolocal-mais focado no planeta, um sujeito terrestre, Freire apresenta como formar esse sujeito. O modo que Freire trata o ser humano e suas relações na sociedade é análogo ao modo que Latour trata o ser terrestre e suas relações no planeta, mas é necessário diferenciar o sujeito de Latour do sujeito de Freire. Enquanto a preocupação de Freire é com a emancipação de sujeitos

humanos a partir da conscientização deles quanto à “posição normal do homem como um ser no mundo e com o mundo” (Freire, 2021a, p.162), Latour aponta que tratar do mundo humano não basta num cenário atual de mudanças climáticas. É necessário reconhecer o impacto daquilo que chamamos de “natureza” nessas relações, ou seja, reconhecer o “não-humano” também como sujeito.

O diálogo estabelecido no relatório permite pensar elementos de uma educação para o antropoceno através da formação de seres terrestres para além das relações humanas aproximando esses sujeitos de seu meio, conscientizando-os dessas relações também com esse meio. A formação de um ser humano consciente proposta por Freire pode ser expandida para um ser terrestre consciente, sendo a educação uma maneira de transformar a sociedade a fim de alcançar as mudanças urgentes apontadas por Latour frente às mudanças climáticas.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (ORG.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração, 2004.

CHARBONNIER, Pierre. **Culture écologique**. Paris: SciencesPo les presses, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 54. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021b.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (ORG.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração, 2004.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. n. 5, 2016.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (ORG.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração, 2004.